



## ATA Nº 22

Ao sétimo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, neste concelho de Portalegre e no Centro de Congressos do edifício dos Paços do Concelho compareceram: Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, Laura Ivone Velez Galão, Marco Sales Cardoso, Ana Margarida Curinha, João Pedro Meira, João Nuno Cativo Cardoso e Nuno Gonçalo Franco Lacão na qualidade de Vereadores, para realizarem a reunião Ordinária de Câmara.-----

Estiveram presentes os seguintes dirigentes da Divisão dos SMAT; Cláudia Capote, chefe da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística; Pedro Barbas, chefe da Divisão de Cultura, Juventude, Desporto, Assuntos Sociais, Educação e Turismo; José Calha, chefe da Divisão de Obras e do Ambiente; Rui Pinto, chefe da Divisão dos SMAT; José Gandum chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças, tendo a reunião sido secretariada pela técnica Maria Ruivo.-----

**ABERTURA DA REUNIÃO:** A reunião foi declarada aberta pela Senhora Presidente eram 9:42H, passando a Câmara Municipal a tratar os assuntos constantes da ordem de trabalhos: -----

### **FALTAS JUSTIFICADAS:**

Não esteve presente na reunião o Senhor Vereador Luís Moreira Testa, nos termos do art.º 78:º da Lei 169/99 de 18 de Setembro. -----

A Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do artigo 39.º do anexo 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou considerar justificadas as faltas dadas pelos membros atrás referidos. -----

### **A Substituições**

O Senhor Vereador João Moreira Testa fez se substituir, pela Senhora Vereadora Sónia Ceia da Silva, que não pode estar presente e se fez substituir pelo Senhor Vereador João Pedro Meira, nos termos do artigo 78.º e 79.º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação, atenta a ordem da lista do Partido Socialista sujeita a sufrágio. -----



## I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

### INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

**A Senhora Presidente** cumprimentou os Senhores Vereadores, os colaboradores do Município e todas as pessoas que assistem à reunião via redes sociais.-----

Destacou algumas informações relativas à atividade do Executivo, que se realizaram desde a última reunião ordinária desta Câmara:

“No dia 24 de setembro, marquei presença na Sessão Solene de abertura do ano letivo no Campus Politécnico, tendo dado as boas vindas aos novos alunos do Instituto Politécnico, desejando-lhes um percurso académico repleto de boas experiências e de sucesso.-----

Ainda no dia 24, estive na reunião do Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, que decorreu em Portalegre.-----

No dia 1 de outubro, participei nas décimas segundas Jornadas sobre Família cujo tema foi “A Saúde Mental na Família – Conhecer para Fazer”, que decorreram no Instituto Politécnico de Portalegre.-----

No dia 4 de outubro, marquei presença na celebração de Ação de Graças e dos Sacramentos de Iniciação Cristã, do quinquagésimo quinto Curso de Formação de Guardas.-----

Informar que será reativada a Escola de Alagoa, com a abertura da valência de Jardim de Infância, uma vontade da Junta de Freguesia, bem como do Município. Conseguimos sensibilizar a tutela para esta necessidade, pelo que o Senhor Secretário de Estado, no dia 30 de setembro, procedeu o despacho, que foi publicado e permitirá a reabertura, ainda neste ano letivo, do jardim de Infância e que passará a Escola de Alagoa a ser denominada de Jardim de Infância de Alagoa. Felicitar este trabalho conjunto de acordo com as ambições da Junta de Freguesia e do Município de Portalegre.-----

#### **Algumas felicitações;**-----

Felicitemos o Sport Clube Estrela pelos seus 105 anos de história celebrados no passado dia 23 de setembro.-----

Aproveito também para desejar as maiores felicidades ao novo comandante do Comando Territorial da GNR de Portalegre, Coronel Luís Manuel Martins Candeias, que tomou posse no passado dia 23 de setembro.-----

A edição 2024 do projeto Cultura nas Freguesias, que durante três meses levou espetáculos de vários estilos musicais a todas as freguesias do concelho, com uma assinalável presença de público, concluiu-se no fim de semana de 28 e 29 de setembro, com dois concertos: O Semeador – Grupo de Cantares de Portalegre, em Alagoa e a



Trupe Euterpe, no Jardim da Avenida da Liberdade. Projeto que tem corrido muito bem".-----

**A Senhora Vereadora Margarida Curinha** cumprimentou a Senhora Presidente, os Senhores Vereadores, os técnicos e todos os que assistem a esta reunião.-----

Teve conhecimento que existem alguns constrangimentos relativamente à cedência de espaços a entidades desportivas da cidade. Solicitou informações das ocorrências e qual a solução.-----

**A Senhora Presidente** informou que, nos dois últimos anos, verificou-se um acréscimo da prática desportiva em várias modalidades, que se refletiu numa dificuldade de cedência de espaços. Está a ser realizado um esforço interno no sentido de, pelo menos, as camadas mais jovens e de formação tenham os horários que precisam. Esclareceu que têm recorrido a alguns espaços exteriores, como por exemplo o Pavilhão da Escola Cristóvão Falcão, para alguns clubes. Este espaço, neste ano, tem algum equipamento armazenado, destinado à Escola José Régio e não pode, atualmente, ser utilizado.-----  
Passou em seguida a palavra ao Senhor Vereador Marco Cardoso, responsável por este Pelouro. -----

**O Senhor Vereador Marco Cardoso** cumprimentou todos.-----  
Confirmou o proferido pela Senhora Presidente. Informou sobre o aumento dos escalões por parte de cada clube e daí esta dificuldade atual. O problema foca-se nos desportos praticados em pavilhões e estão a tentar resolver. Aguardam resposta do horário por parte do desporto escolar e acredita que durante esta semana a situação fique resolvida.-----

**A Senhora Presidente** acrescentou que era útil explicar qual a dificuldade, com quem, e o que falta ajustar, para clarificar.-----

**O Senhor Vereador Marco Cardoso** respondeu que têm a questão do futsal e do Karaté. O Karaté utilizava o espaço onde neste momento estão colocados equipamentos e, por esse motivo, não pode ser usado e estão a analisar alternativas. -----

Em relação ao futsal, têm a opção de utilizar o pavilhão da Escola Mouzinho da Silveira mas sempre condicionados com as limitações do desporto escolar. A fim de colmatar a situação, tem tido várias reuniões com os clubes.-----

**A Senhora Presidente** proferiu que em princípio ficará concluído o procedimento esta semana. Estão a tentar dar resposta ao pedido de todos os clubes, fazendo ajustamentos. Por vezes não é possível conceder os espaços nos horários que os clubes pretendem, mas tudo se resolverá. -----

**A Senhora Vereadora Margarida Curinha** afirmou que teve notícias que nem todos os



clubes estão a treinar, por não terem espaço para o efeito, traduzindo-se numa situação urgentíssima.-----

Perguntou em seguida qual a metodologia de distribuição utilizada; se é por clube, por categoria, por resultados obtidos ou por número de participantes. -----

Como representante de uma entidade pública, devem ter algum cuidado na distribuição destes espaços, para não beneficiar uns em detrimento de outros. É relevante que as pessoas percebam, para acatarem as decisões com clareza e transparência.-----

**A Senhora Presidente** respondeu que desde sempre alguns clubes, de algumas atividades, não utilizavam espaços da Câmara, pois tinham espaços próprios ou de outras entidades, como por exemplo o Karaté.-----

Ao nível de futebol, foram reunidos todos os pedidos, realizada uma reunião com todos os intervenientes, e efetuada a distribuição. Confirmou que para a atribuição do espaço é tido em conta o número de atletas e dada especial atenção às camadas mais jovens, por terem de treinar mais cedo, pois têm escola no dia seguinte, sendo esta metodologia difícil de entender pelas camadas mais seniores. O horário das 18H00 às 20H00 é o favorito por todos os clubes. Não sendo isso possível, é dada primazia às camadas mais jovens. Solicitou em seguida ao Senhor Vereador Marco Cardoso uma explicação de como foi realizada a distribuição de espaços a todos os clubes. Confirmou que a Câmara tem de ser justa e detém os dados "do todo". Conseguem com a sua equipa técnica e o chefe de divisão, avaliar a globalidade dos dados. Lamentou porque às vezes os clubes pensam apenas neles, no que querem e precisam, e é normal, mas não têm atenção ao que os outros clubes querem e precisam, sendo difícil encontrar o equilíbrio. -----

**O Senhor Vereador Marco Cardoso** explicou que é feito o rateio dos pedidos que apresentam, dos escalões, e é dada primazia à questão do desporto e formação coletiva nos pavilhões. Neste caso, há um clube de Karaté que ainda não tem espaço para treinar. Garantiu que estão empenhados em resolver a situação deste clube, no entanto não existem muitas salas disponíveis. Acrescentou que já foram propostos espaços da Câmara, bem como espaços exteriores a este clube, mas ao visitarem o local verificaram que não proporciona as condições adequadas para realização dos treinos. Informou que será abordada outra alternativa e acredita que consigam resolver a questão. Confirmou que não tem sido um ano fácil devido aos inúmeros pedidos.-----

**A Senhora Vereadora Margarida Curinha** manifestou preocupação, pois estão em meados de outubro e há este prolongamento relativamente ao início do ano letivo, que é quando se iniciam os treinos mais incisivos em todas as modalidades. Perguntou se



existe alguma calendarização, o porquê de estarem a meio de outubro e não haver resposta. Questionou sobre que espaços e pavilhões estão a falar e quais as alternativas existentes.-----

**A Senhora Presidente** respondeu que estão a falar de todos os espaços que a Câmara possui e os espaços da Escola Cristóvão Falcão, da Escola José Régio e da Escola Mouzinho da Silveira. Os Senhores Diretores das Escolas têm a tutela desses espaços e a cedência ao Município é efetuada com regras e de acordo com a disponibilidade. Arriscou a dizer que 95% das situações estão resolvidas, em relação aos pedidos que ocorrem no início da época. Encontra-se esta situação, do Clube de Karaté, sem um espaço disponível cedido pela Câmara, pela limitação descrita anteriormente. Confirmou que já lhe foi dada alternativa e que não foi aceite, mas estão a ser ponderadas outras alternativas. Há clubes que pretendem mais horários, mas não é possível, porque os espaços da Câmara têm de ser repartidos por todos. Solicitou em seguida a intervenção do Senhor chefe da respetiva divisão, Dr. Pedro Barbas. -----

**O Dr. Pedro Barbas** prestou informação técnica sobre os procedimentos efetuados e neste momento estão sem espaço o clube de Karaté e a Casa do Benfica de Futsal. --

**A Senhora Presidente** afirmou que foi bem explicado e é legítimo que cada clube pense em si e não no todo, mas também é legítimo que a Câmara Municipal pense e avalie o todo, tentando ser o mais justo possível.-----

**A Senhora Vereadora Margarida Curinha** deixou três notas:

- Começar a tratar das calendarizações no início de setembro é uma situação apertada, levando a que em meio de outubro o procedimento não esteja concluído. Por isso, sugeriu a sua antecipação ou celeridade, no sentido de se poder analisar o todo. -----

- Se o objetivo do Município é analisar o todo, em sua opinião não o estão a fazer. São opções, e atribuir a uns de uma maneira e a outros de outra, uns mediante pagamento, outros com atribuição gratuita. Estas opções conduzem a consequências baseadas em critérios definidos pelo Executivo em funções.-----

- Todas as instituições devem ser tratadas de forma igual e se querem que Portalegre seja um concelho vivo, um concelho com jovens, crianças e que munícipes possam praticar determinadas modalidades, não podem querer restringir essas modalidades e dizer que o desporto A ou o desporto B tem "x" horas e o desporto C tem que pagar horas extraordinárias. Se o Município entendeu que não tem de pagar horas extraordinárias, são opções que se fazem.-----

Perguntou se o pavilhão da Escola de S. Lourenço não está disponível e se há razões para não o integrarem nesta questão. -----



**A Senhora Presidente** clarificou que o Município não cobra rendas aos clubes, apenas referiu a existência de clubes que pagam rendas por sua decisão e autonomia. A Câmara não manda nos clubes e o Dr. Pedro Barbas foi explícito na informação técnica apresentada. Afirmou que não há diferenças entre clubes e os espaços disponibilizados pela Câmara possuem condições iguais para todos. Não foi proposto serem os clubes a pagar horas extraordinárias. -----

O proferido foi que a Câmara, para poder usar alguns pavilhões das escolas, pode ter de pagar. Repetiu por fim o proferido anteriormente e explanou que cada caso é um caso e por exemplo o andebol tem muitos horários, porque tem muitas equipas. -----

Passou em seguida a palavra ao Senhor Vereador Marco Cardoso.-----

**O Senhor Vereador Marco Cardoso** justificou que o início destes trabalhos não foi iniciado tardiamente e que a primeira reunião com os clubes ocorreu no final de julho, algo que foi elogiado pelos clubes. A antecipação teve o objetivo de preparar e organizar esta questão. Concluiu que são demasiados clubes para os espaços municipais disponíveis, algo que tem de ser ponderado e refletido a médio e longo prazo. -----

**A Senhora Presidente** constatou que ficou estabelecido que todos têm interesse no aumento da prática de desporto no concelho. É de saudar e ficou provada a necessidade da construção de mais um espaço (pavilhão). Relembrou que já tinha abordado anteriormente esta questão, do pavilhão, e estão a trabalhar nesse sentido.-

**O Senhor Vereador Marco Cardoso** respondeu à Senhora Vereadora Margarida Curinha, que a não utilização do pavilhão da Escola de S. Lourenço se relaciona com as dimensões e características do pavilhão, não sendo adequado para a maioria dos clubes treinarem. -----

**A Senhora Vereadora Margarida Curinha** referiu que pensou nessa questão porque a Escola tem horário noturno e prolongamento do horário, por isso não seria problema a questão do pessoal. -----

**A Senhora Presidente** explicou que para a maior parte das especialidades, este pavilhão não se adequa às necessidades dos clubes para a prática desportiva. Solicitou a intervenção do Senhor Chefe de Divisão, Dr. Pedro Barbas.-----

**O Dr. Pedro Barbas** prestou informação técnica adicional. -----

**O Senhor Vereador João Cardoso** disse que o Dr. Pedro Barbas fez referência à questão das horas extraordinárias e é uma questão de decisão do Executivo e não passa pela utilização dos espaços. Relembrou que na última reunião de Câmara fizeram o reforço de 60 mil euros em horas extraordinárias e perguntou se este reforço não se destinava a esta área do desporto. Perguntou porque não se pode fazer o reforço na área do



desporto, a fim de se resolver este assunto. Afirmou que se pode haver horas extraordinárias para outras áreas, que não sabe quais são, pode haver também para esta área.-----

Relembrou em seguida a necessidade de algum cuidado, relativamente ao Parque de S. Pedro, porque a zona das escadas está com algumas debilidades.-----

Referiu que lhe fizeram um pedido e por isso deixou a referência que nas traseiras da Rua Dr. Galeano Tavares foram colocados monos na zona das garagens, causando algum mal-estar. -----

**A Senhora Presidente** respondeu que tomou nota das referências apresentadas pelo Senhor Vereador João Cardoso. Em relação ao Parque de S. Pedro, esteve no local e confirmou a necessidade de intervenção e limpeza. -----

Relativamente às horas extraordinárias, muitas têm sido pagas e este reforço destina-se à área do desporto, excluindo este acréscimo que pode vir a acontecer. Alertou que não é apenas a questão do valor de horas extraordinárias, mas também que as horas extraordinárias por funcionário têm limite. -----

Avisou que foram contratados dois novos colaboradores para a área do desporto, permitindo reajustes.-----

**O Senhor Vereador João Cardoso** reconheceu que as horas extraordinárias saem mais caras do que o pagamento do salário. Sugeriu que se devia aumentar o quadro de pessoal nesta área, que se encontra deficitária, a fim de colmatar as lacunas.-----

**A Senhora Presidente** proferiu que é esse o procedimento adotado, mas com limites, devido ao aumento das práticas desportivas. Informou que pretendem, igualmente, reforçar o quadro de pessoal para as piscinas, área pertencente ao desporto.-----

**O Senhor Vereador João Pedro Meira** cumprimentou a Senhora Presidente, o restante Executivo, técnicos do Município, público presente e quem nos acompanha em casa.- Referiu que nas últimas Ordens de Trabalhos não tiveram presentes informações sobre empreitadas e obras públicas concluídas no decurso deste ano civil e perguntou:

- Qual o ponto da situação referente à obra da Escola Cristóvão Falcão, pois estão em outubro e para os transeuntes a obra está parada;-----

- Qual o ponto da situação do Centro Documental do Património, no edifício dos antigos Paços do Concelho;-----

- A abertura do Centro Interpretativo da Quinta da Saúde, visto terem passado dois meses após a adjudicação da concessão para restauração, aprovada nesta Câmara, mas o edifício continua fechado;-----

- Qual o ponto da situação da Porta do Parque, quanto à disponibilização deste equipamento enquanto local de visitaçào. -----



**A Senhora Presidente** respondeu que tem dado feedback das situações nas reuniões de Câmara. Como o Senhor Vereador João Pedro Meira não esteve presente nas últimas reuniões, terá todo o gosto em explicar novamente.-----

Em relação à obra da Escola Cristóvão Falcão, existiu no Tribunal de Portalegre uma Providência Cautelar para a alteração do responsável pelo consórcio da gestão da obra. Acrescentou que o líder do consórcio era a empresa Rial e vem agora a empresa DGPW tomar conta da obra. Houve uma tentativa de acordo entre as duas partes do consórcio, há um mês, mas não se entenderam. Foi realizado o julgamento há uma semana atrás e aguardam a sentença. -----

Faltam executar 600 mil euros, alguma parte em equipamento e estão a falar de uma obra de 5,1 milhões de euros. -----

Em relação ao Centro Documental do Património, a obra está concluída, apesar de alguns desencontros com o empreiteiro, pelo seu incumprimento e pretendem realizar a inauguração durante este mês. Confirmou a passagem de documentação e do Posto de Turismo para este local. -----

Recordou que foi adjudicada, há cerca de dois meses, a cedência do restaurante da Quinta da Saúde. Esclareceu que o empresário está a trabalhar no apetrechamento do espaço e foi informada que pretendem abrir o restaurante em dezembro. A Câmara pretende inaugurar o espaço este mês, após a elaboração de pequenos arranjos de jardinagem e terminar a parte da Porta do Parque, para dar a obra por concluída. -----

Solicitou à Senhora Vereadora Laura Galão que prestasse informação adicional sobre o ponto da situação do Centro Documental e da Porta do Parque. -----

**A Senhora Vereadora Laura Galão** cumprimentou todos. -----

Informou que estão a ultimar a separação e empacotamento dos bens catalogados e referenciados, localizados na Biblioteca e posteriormente estes serão transferidos para o Centro Documental.-----

A transferência do Posto de Turismo será efetuada após a instalação da fibra ótica e internet.-----

Quanto à Porta do Parque, os trabalhos estão completos, está pronta a visitar, com todo os conteúdos digitais e equipamento pronto a funcionar. Aguardam que o edifício de restauração seja inaugurado, para poderem disponibilizar esse espaço aos munícipes e visitantes. -----

**O Senhor Vereador João Cardoso** questionou como é que a Galeria fica a funcionar, se este Posto de Turismo vai encerrar. Perguntou em seguida como vai funcionar o Centro Documental, se fica disponível para consultas e quem são os funcionários afetos. -----





**A Senhora Presidente** confirmou que este Posto de Turismo será encerrado, mas a Galeria ficará a funcionar com reajustes nos horários. -----

**A Senhora Vereadora Laura Galão** explicou que a Galeria fica em funcionamento, devido a compromissos assumidos anteriormente. -----

Quanto ao Centro Documental, a intenção é que o Posto de Turismo funcione como ponto de acolhimento para o centro documental, com o pessoal técnico e especializado da Biblioteca a acompanhar as necessidades de consulta do fundo antigo. Toda a documentação daquele espaço tem articulação entre o Posto de Turismo e a Biblioteca.-----

**O Senhor Vereador João Cardoso** sugeriu que no futuro arquivo, pelo menos uma das salas se possa chamar D. José Valério da Cruz.-----

Recordou que D. José Valério da Cruz foi Bispo de Portalegre e um dos principais responsáveis pelo grande acervo documental da Biblioteca de Portalegre. Propôs a digitação de livros antigos, para dar a conhecer ao público as doações deste Bispo portalegrense. Lembrou que em 1997 tinha havido uma proposta de atribuição do seu nome a uma sala, por exemplo à sala de consultas ou dos reservados, como forma de alusão a este Bispo, propondo que o facto ocorra atualmente.-----

**A Senhora Presidente** respondeu que lhe parece bem. -----

Não havendo mais intervenções dos membros do Executivo Municipal, passou a palavra ao público presente. -----

## II - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos da norma estipulada pelo n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Senhora Presidente deu a palavra ao público presente. -----

**A munícipe Mónica Durão** perguntou quando terminam as obras em sua casa. -----

**A Senhora Presidente** respondeu que inúmeras vezes os serviços se deslocaram à sua habitação, para intervenções, mas a D. Mónica parece nunca estar satisfeita. -----

**A munícipe Mónica Durão** acrescentou que as obras ainda não estão concluídas, por causa de um móvel que não encosta à parede. -----

**A Senhora Presidente** respondeu que vai reportar a ocorrência ao senhor Chefe de Divisão, o engenheiro José Calha.-----



Transmitiu que o parque habitacional da Câmara é composto por 480 habitações. Por esse motivo, é necessária a organização dos serviços e um pouco de paciência na reparação. -----

**A D. Mónica** interrompeu a Senhora Presidente e referiu que o trabalho ficou a meio. --- Perguntou à Senhora Presidente se tem conhecimento da Lei relativa a animais se deslocarem em transportes coletivos públicos. Queixou-se de dois motoristas e informou que o seu cão costuma andar na carteira, paga meio bilhete e sente-se incomodada por alguns motoristas. -----

**A Senhora Presidente** respondeu que o cão dentro da bolsa pode andar nos transportes coletivos públicos, irá reportar a ocorrências aos serviços competentes. -----

**A D. Mónica** referiu as situações ocorridas na Rua do Comércio e deu sugestões. -----

**A Senhora Presidente** respondeu que as ocorrências citadas pela D. Mónica não são da competência do Município, mas sim da responsabilidade da PSP. -----

Passou em seguida aos assuntos agendados na Ordem de Trabalhos. -----

### III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### GAP- GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA/VEREAÇÃO

##### Diversos

**967 – Para conhecimento** – Presentes despachos de deferimento por delegação de competências da Câmara Municipal na Senhora Presidente - DOPGU. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

**968 – Para conhecimento** – Presente relatório semestral (1.º semestre de 2024), enviado pela União de Freguesias de Sé/São Lourenço, nos termos do n.º 3 da Cláusula 7.ª do Contrato Interadministrativo e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento. ---

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento do Relatório semestral (1.º semestre de 2024), enviado pela União de Freguesias de Sé/São Lourenço, nos termos do n.º 3 da Cláusula 7.ª do Contrato Interadministrativo e remeteu à **Assembleia Municipal** para conhecimento.-----

**969 – Para conhecimento** – Presente relatório semestral (1.º semestre de 2024), enviado pela União de Freguesias de Sé/São Lourenço, nos termos da alínea c), do n.º 2, da Cláusula 6.ª do Auto de transferência de competências e remeter, para conhecimento, em sessão de Assembleia Municipal. -----



**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento do Relatório semestral (1.º semestre de 2024), enviado pela União de Freguesias de Sé/São Lourenço, nos termos da alínea c), do n.º 2, da Cláusula 6.ª do Auto de transferência de competências e remeteu à **Assembleia Municipal** para conhecimento.-----

### **Serviços Municipalizados de Águas e Transportes**

**970 – Para conhecimento** – Presente resumo diário de Tesouraria retirado no dia 26 de setembro de 2024:-----

Operações Orçamentais – 1.446.184,92€ (Um milhão quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e quatro euros e noventa e dois cêntimos).-----

Operações de Tesouraria – 54.331,79€ (Cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta e um euros e setenta e nove cêntimos).-----

**971 – Para deliberar** – Presente pedido de isenção do pagamento das tarifas previstas no Regulamento Municipal de Drenagem de Águas Residuais, solicitado pelo cliente n.º 305332.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal Tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de isenção do pagamento das tarifas previstas no Regulamento Municipal de Drenagem de Águas Residuais, ao cliente n.º 305332.-----

**972 – Para deliberar** – Presente pedido de isenção do pagamento das tarifas previstas no Regulamento Municipal de Drenagem de Águas Residuais, solicitado pelo cliente n.º 198692.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de isenção do pagamento das tarifas previstas no Regulamento Municipal de Drenagem de Águas Residuais, ao cliente n.º 198692.-----

### **DAGF - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS**

#### **Serviço Contabilidade**

**973 – Para conhecimento** – Presente resumo Diário de Tesouraria retirado no dia 30 de setembro de 2024:-----

Operações Orçamentais – 4.525.010,06€ (Quatro milhões quinhentos e vinte e cinco mil, dez euros e seis cêntimos).-----



Operações de Tesouraria – 614.413,05€ (Seiscentos e catorze mil, quatrocentos e treze euros e cinco cêntimos). -----

### **Serviço de Taxas e Licenças**

**A Senhora Presidente** sugeriu que votassem em bloco os quatro seguintes pontos, por terem a mesma natureza, o que foi aceite por todo o Executivo Municipal. -----

**974 – Para deliberar** – Presente proposta para isenção total, relativa às Licenças de Ruído, Recintos e Mera Comunicação Prévia do evento “Cultura nas Freguesias – Feira de São Miguel”, que decorreu no Largo do Rossio e Praça de Touros, em Alagoa, nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2024, requerida pela Junta de Freguesia de Alagoa. ---

**DELIBERAÇÃO:** A Junta de Freguesia de Alagoa, enquadrando-se nas entidades previstas no artigo 7.º n.º 2, do Regulamento da Tabela de Taxas do Município de Portalegre, pode beneficiar de uma isenção total do valor das taxas devidas no valor de 157,55 euros referente ao Ruído, Recintos e Mera Comunicação Prévia. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, nos termos do nº 2 do artigo 7.º do Regulamento e tabela de Taxas do Município de Portalegre aprovar a respetiva isenção nos termos do artigo 7.º n.º 2, 8 e 9 do Regulamento da Tabela de Taxas do Município de Portalegre. -----

**Saíram da sala a Senhora Vereadora Margarida Curinha e o Senhor Vereador João Pedro Meira, por estarem impedidos de votar.** -----

**975 – Para deliberar** – Presente proposta para isenção total, relativa às Licenças de Ruído e Ocupação de Espaço Público do evento “Rentrée / Convívio da Concelhia de Portalegre”, que decorreu no Jardim da Corredoura, em Portalegre, no dia 28 de setembro de 2024, requerida pela Concelhia de Portalegre do Partido Socialista. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Concelhia de Portalegre do Partido Socialista, enquadrando-se nas entidades previstas no artigo 7.º n.º 2, do Regulamento da Tabela de Taxas do Município de Portalegre, pode beneficiar de uma isenção total do valor das taxas devidas no valor de 848,00 euros referente ao Ruído e Ocupação de Espaço Público. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, nos termos do nº 2 do artigo 7.º do Regulamento e tabela de Taxas do Município de Portalegre aprovar a respetiva isenção nos termos do artigo 7.º n.º 2, 8 e 9 do Regulamento da Tabela de Taxas do Município de Portalegre. -----



**Entraram na sala a Senhora Vereadora Margarida Curinha e o Senhor Vereador João Pedro Meira.**-----

**976 – Para deliberar** – Presente proposta para isenção total, relativa à Licença de Ruído, do evento “Monumental Serenata”, que decorreu na Escadaria da Igreja de São Lourenço, no dia 02 de outubro de 2024, requerida pela Associação Académica do Instituto Politécnico de Portalegre. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Associação Académica do Instituto Politécnico de Portalegre, enquadrando-se nas entidades previstas no artigo 7.º n.º 2, do Regulamento da Tabela de Taxas do Município de Portalegre, pode beneficiar de uma isenção total do valor das taxas devidas no valor integral de 28,00 euros referente ao Ruído. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento e tabela de Taxas do Município de Portalegre, aprovar a respetiva isenção nos termos do artigo 7.º n.º 2, 8 e 9 do Regulamento da Tabela de Taxas do Município de Portalegre. -----

**977 – Para deliberar** – Presente proposta para isenção total da taxa (104,40€), relativa à utilização do Centro de Congressos da Câmara Municipal, solicitada pelo Orfeão de Portalegre, para o X Encontro Ibérico de Coros, no dia 19 de outubro, pelas 16:30h, nos termos do disposto no n.º 16, do art.º 21.º, do Regulamento da Tabela de Taxas do Município de Portalegre. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, considerar o evento de interesse público municipal, nos termos do n.º 16, do artigo 21.º do regulamento e tabela de taxas do Município de Portalegre, e aprovar a isenção total da taxa de utilização em causa.-----

**978 – Para deliberar** – Presente proposta para redução de 60% da taxa (50,00€ + IVA) relativa à utilização do Espaço Foyer da Câmara Municipal, para realização e dinamização de “Laboratórios de Ativismo Ambiental”, organizada pela Associação Zero, no dia 3 de outubro, nos termos do disposto no n.º 7, do art.º 7.º, do Regulamento da Tabela de Taxas do Município de Portalegre. -----

**O Senhor Vereador João Pedro Meira** propôs a isenção total das taxas, ao abrigo do Manifesto Interesse Municipal.-----

**A Senhora Presidente** perguntou se há alguma objeção em relação à proposta apresentada pelo Senhor João Pedro Meira.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por



unanimidade, aprovar a isenção total da taxa (50,00€ + IVA), por considerar o evento de Manifesto Interesse Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do regulamento e tabela de taxas do Município de Portalegre.-----

### Serviço de Património

**979 – Para deliberar** – Presente proposta para cancelamento da cláusula de reserva de propriedade, referente ao imóvel sito na Rua Professor Ângelo Monteiro, bloco 4 – 1º - drtº em Portalegre.-----

**A Senhora Presidente** informou que o imóvel está totalmente pago.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar o cancelamento da cláusula da reserva de propriedade, referente ao imóvel sito na Rua Professor Ângelo Monteiro, bloco 4 – 1º - drtº em Portalegre, descrito na Conservatória do registo Predial sob o nº 858 da freguesia da Sé, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2449, fração C, da União de Freguesias da Sé e São Lourenço, concelho de Portalegre e proceder à emissão da respetiva certidão.-----

### Serviço de Contratação Pública

**980 – Para ratificar** – Presente proposta para ratificação do despacho de 02/10/2024 de intenção de caducidade de adjudicação da empreitada de Construção do Centro Cultural dos Fortios, à empresa Silveiro, Grades & Serra – Engenharia, Fiscalização e Serviços, Ld.ª, por não apresentação de todos os documentos de habilitação e notificação, para que, no prazo de 5 dias, se pronuncie ao abrigo de audiência prévia da intenção da caducidade de adjudicação.-----

**A Senhora Presidente** esclareceu que a informação técnica e o relatório são claros, mas não entregaram o comprovativo da habilitação técnica do Diretor de Obra. Foram notificados para no prazo de 5 dias procederem à entrega. Quanto à ratificação, a intenção foi de abreviar o tempo.-----

**O Senhor Vereador João Cardoso** estranhou, porque na informação anexa falta uma mera declaração e perguntou se não houve contato com a empresa a solicitar o envio. Afirmou que revogar a adjudicação, por ausência de uma mera declaração, parece-lhe exagerado. Numa das informações anexa, uma técnica refere para se contactar a empresa, por questão de boa-fé.-----



Questionou o porquê deste processo vir a Reunião de Câmara, pela ausência de uma mera declaração. -----

Quanto à ratificação, em seu entendimento aplica-se em situações de caráter urgente.-

**A Senhora Presidente** respondeu que a empresa já foi notificada e por isso é que este processo veio a ratificar. A presença em Reunião de Câmara foi entendimento dos serviços e solicitou ao Chefe de Divisão esclarecimentos.-----

**O Senhor chefe de Divisão, Dr. José Gandum** prestou informação técnica e acrescentou que este procedimento tem de ser presente ao Tribunal de Contas. -----

**A Senhora Presidente** concordou com as exigências do Tribunal de Contas, com pedidos e clarificações. -----

**O Senhor Vereador João Cardoso** aferiu que existiu uma proposta para ser remetida ao mandatário e a Senhora Presidente despachou "remeter ao mandatário com urgência", mas não tem acesso à informação do mandatário.-----

**O Senhor chefe de Divisão, Dr. José Gandum** prestou informação técnica adicional -----

**A Senhora Presidente** concluiu que um telefonema podia sanar a situação de imediato.

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Presidente que aprovou a intenção de caducidade de adjudicação da empreitada de Construção do Centro Cultural dos Fortios à empresa Silveiro, Grades & Serra – Engenharia, Fiscalização e Serviços, Ld.ª, por não apresentação de todos os documentos de habilitação e notificação, para que, no prazo de 5 dias, se pronuncie ao abrigo de audiência prévia, da intenção da caducidade da adjudicação.-----

## DCJDASE - DIVISÃO DA CULTURA, JUVENTUDE, DESPORTO, ASSUNTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

### **Serviço de Educação**

**981 – Para ratificar** - Presente e-mail do Agrupamento de Escolas José Régio de 11 de setembro de 2024, a remeter listagem dos alunos migrantes matriculados no Agrupamento, no âmbito da Ação Social Escolar, para atribuir o subsídio de refeição escolar.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 35 anexo 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, o despacho da Vereadora Laura Galão de 13 de setembro de 2024, que autorizou o pedido solicitado.-



**982 – Para ratificar** - Presente informação n.º 18757 do serviço de Educação de 24 de setembro de 2024, a propor a aceitação do pedido dos alunos matriculados no Agrupamento de Escolas do Bonfim e no Agrupamento de Escolas José Régio, no âmbito da Ação Social Escolar, para efeitos de subsídio de refeição e material escolar.

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 35 anexo 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, o despacho da Vereadora Laura Galão, de 27 de setembro de 2024, que autorizou o pedido solicitado.-

**983 – Para ratificar** - Presente informação n.º 18183 do serviço de Educação de 16 de setembro de 2024, a propor a aceitação do pedido dos alunos matriculados no Agrupamento de Escolas do Bonfim e no Agrupamento de Escolas José Régio, no âmbito da Ação Social Escolar, para efeitos de subsídio de refeição e material escolar.-

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 35 anexo 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, o despacho da Vereadora Laura Galão de, 27 de setembro de 2024, que autorizou o pedido solicitado.-

**984 – Para deliberar** – Presente informação n.º 19113 do serviço de Educação de 30 de setembro de 2024, a propor que o Município de Portalegre institua Prémios de Mérito de âmbito escolar, para o Ensino Secundário. -----

**O Senhor Vereador João Cardoso** constatou que estão a atribuir prémios a alunos do ensino secundário e solicitou informação adicional. -----

**A Senhora Presidente** passou a palavra à Senhora Vereadora Laura Galão, por ser um assunto do seu Pelouro. -----

**A Senhora Vereadora Laura Galão** explicou que é proposto atribuir prémio ao melhor aluno(a) matriculado no 12.º ano letivo de 2023/2024, em cada uma das escolas públicas do nosso concelho; Escola Secundária de S. Lourenço, Escola Secundária Mouzinho da Silveira, um prémio ao ensino regular e outro ao melhor aluno(a) da Escola de Hotelaria, ensino profissional.-----

Acrescentou que estão a elaborar o Regulamento que permitirá, no próximo ano, a atribuição de bolsa para o ensino superior aos alunos deste concelho, mediante determinados critérios. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, atribuir os prémios de mérito de âmbito escolar. -----





### Serviço Assuntos Sociais

A Senhora Presidente propôs que os seguintes 5 pontos sejam votados em bloco, por terem a mesma natureza, o que foi aceite. -----

**985 – Para ratificar** – Presente proposta para apoio em medicação por doença crónica, no valor de 258,81€, de acordo com a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 35 anexo 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, o despacho da Sra. Presidente de 23/09/2024 que autorizou o solicitado, no valor de 258,81€, para apoio em medicação por doença crónica, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º da DL. N.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social.-----

**986– Para ratificar** – Presente proposta para apoio em tratamentos de estomatologia, no valor de 730,00€, de acordo com a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 35 anexo 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, o despacho da Sra. Presidente de 23/09/2024 que autorizou o solicitado, no valor de 730,00€, para apoio em tratamentos de estomatologia, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º da DL. N.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social.-----

**987 – Para ratificar** – Presente proposta para apoio em Lentes e Armação, no valor de 248,39€, de acordo com a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 35 anexo 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, o despacho da Sra. Presidente de 23/09/2024 que autorizou o solicitado, no valor de 248,39€, para apoio em



Lentes e Armação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º da DL. N.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social.-----

**988 – Para ratificar** – Presente proposta para apoio no pagamento da renda de casa, no valor de 340,00€, de acordo com a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 35 anexo 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, o despacho da Sra. Presidente de 23/09/2024 que autorizou o solicitado, no valor de 340,00€, para apoio no pagamento da renda de casa, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º da DL. N.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social.-----

**989 – Para ratificar** – Presente proposta para apoio em tratamentos de estomatologia, no valor de 1.050,00€, de acordo com a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 35 anexo 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, o despacho da Sra. Presidente de 23/09/2024 que autorizou o solicitado, no valor de 1.050,00€, para apoio em tratamentos de estomatologia, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º da DL. N.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social.-----

### Serviço de Cultura

**990 – Para deliberar** – Presente informação n.º 18249 do serviço de Cultura (Museu da Tapeçaria) de 17 de setembro 2024, acompanhada do pedido da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, a solicitar a cedência gratuita do auditório do Museu, no próximo dia 15 de novembro, bem como a isenção do pagamento de taxas. -----



**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do grande e pequeno auditório.-----  
Mais foi deliberado, por unanimidade, isentar o pagamento das taxas por considerar o evento de manifesto interesse municipal. -----

**991 – Para deliberar** – Presente informação n.º 16715 do serviço de Cultura (Centro de Artes) de 23 de agosto de 2024, acompanhada do pedido da Associação Realmente (Associação de Profissionais de Saúde Mental de Portalegre), a solicitar a cedência gratuita do grande e pequeno auditório do Centro de Artes, para realização II Encontro Local de Saúde Mental do Norte Alentejano, no próximo dia 10 de outubro, bem como a isenção do pagamento de taxas-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do grande e pequeno auditório.-----  
Mais foi deliberado, por unanimidade, isentar o pagamento das taxas por considerar o evento de manifesto interesse municipal. -----

**992 – Para deliberar** – Presente informação n.º 18193 do serviço de Cultura (Centro de Artes) de 16 de setembro 2024, acompanhada do pedido do Centro Social Diocesano de Santo António de Portalegre, a solicitar a cedência gratuita do grande auditório do Centro de Artes, para a realização da sua Festa de Natal, no próximo dia 18 de dezembro, bem como a isenção do pagamento de taxas.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do grande auditório.-----  
Mais foi deliberado, por unanimidade, isentar o pagamento das taxas por considerar o evento de manifesto interesse municipal. -----

**993 – Para deliberar** – Presente informação n.º 19306 do serviço de Cultura de 02 de outubro de 2024, a propor a atribuição de um subsídio à Liga Portuguesa Contra o Cancro, no valor de 1420€, para apoio à atividade "Caminhada Outubro Rosa 2024 – Prevenção do Cancro da Mama."-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de subsídio à Liga Portuguesa Contra o Cancro, no valor de 1420€.-----

**994 – Para deliberar** – Presente informação n.º 18248 do serviço de Cultura (Centro de Artes) de 17 de setembro 2024, acompanhada do pedido da Enftuna – Tuna



Académica da Escola Superior de Saúde do Politécnico de Portalegre, a solicitar a cedência gratuita do pequeno e grande auditório do Centro de Artes, para realização da 16ª Edição do Portus Alacer – Festival de Tunas de Portalegre, nos próximos dias 25 e 30 de novembro, bem como a isenção do pagamento de taxas.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do auditório.-----

Mais foi deliberado, por unanimidade, isentar o pagamento das taxas por considerar o mesmo de manifesto interesse municipal. -----

### 3.4. - Serviço de Turismo

**995 – Para deliberar** – Presente informação nº 18211 do serviço de Turismo de 16 de setembro de 2024, a propor a aceitação da doação de uma obra de arte pelo artista António Jaime Correia Azedo, intitulada "Praça da República". -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aceitar a doação.-----

### Serviço de Desporto e Juventude

**996 – Para deliberar** – Presente informação n.º 18617 do serviço de Desporto e Juventude de 23 de setembro de 2024, a propor a atribuição de um subsídio ao Automóvel Club de Portugal no valor de 120 000,00€, para a realização da 38ª Baja Portalegre 500, que se realizará entre os dias 17 a 19 de outubro de 2024. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio ao Automóvel Club de Portugal no valor de 120 000,00€, para a realização da 38ª Baja Portalegre 500, que se realizará entre os dias 17 a 19 de outubro de 2024.-----

**997 – Para deliberar** – Presente informação n.º 19117 do serviço de Desporto e Juventude de 30 de setembro de 2024, a propor a atribuição de um subsídio ao Automóvel Club de Portugal no valor de 3.531,00€, para pagamento do valor de 20% das inscrições dos pilotos do Concelho de Portalegre, na 38ª Baja Portalegre 500. -----

**A Senhora Presidente** informou que foi rececionada a listagem das inscrições dos pilotos do concelho de Portalegre. -----

**O Senhor Vereador João Pedro Meira** recordou que em 2021 fazia parte do Caderno Eleitoral do Partido Socialista, por identificarem na Baja Portalegre uma oportunidade



única da região, da cidade, implementarem uma capital do desporto motorizado. Tal só é possível tendo muitos portalegrenses que se destaquem a ter esta prática desportiva, não só nesta prova rainha, mas também pela participação ao longo do ano. Como forma de aumentar o número de praticantes, gostaria de propor à Senhora Presidente que esta proposta fosse valorizada este ano em 40%. Como forma de estimar os 24 pilotos inscritos, e incentivar o fortalecimento desta prática desportiva de todo o terreno, bem como obter mais inscrições de portalegrenses, nas próximas edições.-----

**A Senhora Presidente** referiu que não está contra o propósito do Senhor Vereador João Pedro Meira. No entanto, este processo está concluído de acordo com o estipulado anteriormente com o ACP e obedeceu a uma série de critérios. Fica a sugestão para o próximo ano, quando começarem a elaborar o procedimento, sensivelmente em março, e divulgado antes. Confessou que gostaria de chegar aos 50%, para incentivar e apoiar os pilotos portalegrenses, pois têm grandes despesas.-----

**O Senhor Vereador Marco Cardoso** referiu que o essencial já foi proferido pela Senhora Presidente. Acrescentou que é um processo complexo de negociação com o ACP. Ficou agradado com a proposta a ser implementada nos próximos anos mas, neste momento, os valores já foram comunicados aos participantes.-----

**A Senhora Presidente** concluiu que fica o compromisso para o ano, para os pilotos que têm morada no concelho. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio ao Automóvel Club de Portugal no valor de 3.531,00€, para pagamento do valor de 20% das inscrições dos pilotos do Concelho de Portalegre, na 38ª Baja Portalegre 500. -----

## **DIVISÃO DE OBRAS E AMBIENTE**

### **Serviço de Obras**

**998 – Para deliberar** – Presente requerimento do Centro Vicentino da Serra – Portalegre CCD, a solicitar a cedência de palco, para o dia 26 de Outubro 2024, no valor estimado de 110,05€. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio logístico, no valor estimado de 110,05€, nos termos do n.º 3 art.º 3 do regulamento para concessão de apoio à atividade de interesse municipal.-



**999 – Para deliberar** – Presente requerimento do Centro Vicentino da Serra – Portalegre – Noite de Fados, a solicitar a cedência de palco e aquecedores, para o dia 26 de Outubro 2024, no valor estimado de 102,20€. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio logístico, no valor estimado de 102.20€, nos termos do n.º 3 art.º 3 do regulamento para concessão de apoio à atividade de interesse municipal.-

### DIVISÃO DE ORDENAMENTO, PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

#### **SERVIÇO DE ESTUDOS E PROJETOS:**

#### **INICIATIVA MUNICIPAL:**

**1000 – Para deliberar** – Presente informação DOPGU n.º. 19068, datada de 30/09/2024, a propor a aprovação, nos termos do artigo 50º do CCP, da listagem de erros e omissões da requalificação da Piscina Municipal de Portalegre, analisada pelos projetistas e expressa na informação n.º 19068, incluindo a substituição do mapa de medições remetido que foi anexado a este processo, bem como, da prorrogação automática do prazo para a apresentação das propostas, por período equivalente ao do prazo estabelecido para os efeitos, nos termos do número 1 do artigo 64º do CCP. -----

**A Senhora Presidente** explicou o procedimento.-----

**O Senhor Vereador João Cardoso** analisou o processo e chamou-lhe a atenção uma empresa dizer, na listagem de erros e omissões: "no revestimento cimentício da piscina apenas está incluído o fundo e deveriam ser acrescentadas as paredes", mas a equipa projetista vem assumir que não, está tudo incluído.-----

A sua dúvida está relacionada com o projeto já aprovado em reunião Camarária, por unanimidade. Questionou se a piscina das crianças se vai manter com 20 cm de profundidade, com escorrega para dentro e se foram anulados os repuxos com brinquedos e bonecos, que estavam previstos. -----

**A Senhora Presidente** respondeu que o projeto aprovado tinha uma série de equipamentos e propôs-se a enviar a documentação.-----

**O Senhor Vereador João Cardoso** também referiu que os balneários masculinos e femininos são diferentes e perguntou qual o motivo. Explicou que nos balneários femininos existem cabines individualizadas e nos balneários masculinos existem cabines que não são dentro da própria cabine (tipologia do antigamente). Acrescentou que hoje em dia já se utiliza muito os balneários mistos.-----

**A Senhora Presidente** referiu que deviam ter na reunião o Senhor Arquiteto Hugo Espanhol, que realizou o projeto de arquitetura, para responder a essas questões.-----



Concluiu que se irá informar e clarificar essas questões. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar da listagem de erros e omissões analisada pelos projetistas e expressa na informação 19068, incluindo substituição do mapa de medições remetido que foi anexado a este processo, bem como, a prorrogação automática do prazo para a apresentação das propostas, por período equivalente ao do prazo estabelecido para os efeitos, nos termos do número 1 do artigo 64 do CCP.-----

**1001 – Para deliberar** – Presente informação interna DOPGU n.º 19101 de 30/09/2024, a remeter o projeto de execução para a Empreitada de "Execução de trabalhos de reparação e repavimentação", para efeitos de aprovação. A Estimativa orçamental importa na quantia de 331 050,90 € + IVA (trezentos e trinta e um mil e cinquenta euros e noventa cêntimos) e com um prazo de execução de 45 dias. Mais se remete o processo de concurso, incluindo a minuta do anúncio, programa de concurso e caderno de encargos, para efeitos de aprovação das peças do procedimento e decisão de abertura de concurso, sendo que o procedimento deverá ser previamente cabimentado. Não foi efetuada revisão de projeto nos termos do parecer da CCDRC. Mais se propõe a nomeação dos seguintes elementos: Júri do Concurso: Presidente de Júri, Arq. Gonçalo Alegre, Efetivos: Eng. Eduardo Bilé e Eng.º João Carvalho da Silva, Suplentes: Eng.º Joaquim Ferreira e Arq. Ana Santos; Fiscalização: Eng.º Armando Campino e Eng.º Andreia Nunes; Coordenador de Segurança Dr.º Luís Nunes e Gestor de Contrato Eng.º Armando Campino, nos termos do artigo 290-A, do CCP, na sua atual redação: DL n.º 54/2023, de 14/07.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, aprovar o projeto de execução, as peças do procedimento, incluindo o programa de concurso e caderno de encargos e a abertura do concurso para Empreitada de "Execução de trabalhos de reparação e repavimentação". Mais deliberou, por unanimidade, a nomeação dos seguintes elementos: Júri do Concurso: Presidente de Júri, Arq. Gonçalo Alegre, Efetivos: Eng.º Eduardo Bilé e Eng.º João Carvalho da Silva, Suplentes: Eng.º Joaquim Ferreira e Arq. Ana Santos; Fiscalização: Eng.º Armando Campino e Eng.º Andreia Nunes; Coordenador de Segurança Dr.º Luís Nunes e Gestor de Contrato Eng.º Armando Campino, nos termos do artigo 290-A, do CCP, na sua atual redação: DL n.º 54/2023, de 14/07.-----



**1002 – Para deliberar** – Presente informação DOPGU n.º 19247, datada de 01/10/2024, a propor a aprovação do PSS referente à obra: "Empreitada de pavimentação de passeios de arruamentos na zona industrial de Portalegre". -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o PSS.-----

**1003 – Para deliberar** – Presente informação DOPGU n.º. 18916, datada de 26/09/2024, a propor a aprovação da concessão de dois lugares de estacionamento para uso privativo, à AREANATEJO, no Largo da Boavista, de acordo com a sua solicitação e no âmbito dos preceitos do artigo 15º do Regulamento Municipal dos Parques e Zonas de Estacionamento Condicionado e Lugares de Uso Privativo. -----

**O Senhor Vereador João Cardoso** solicitou à Senhora Presidente que promovesse um levantamento exaustivo de todos os lugares que foram cedidos a instituições no concelho de Portalegre. Em seu entendimento, acha que existe em alguns casos abuso desses mesmos lugares, pois os lugares são para colocar os carros das instituições e isso nem sempre acontece. Outros lugares deixam de ser necessários e ainda se mantêm reservados, por exemplo no ACT, que mudou de instalações e continua a ter 4 lugares no Largo da Sé. Também os lugares reservados para instituições que funcionam durante a semana são ocupados por funcionários, mas durante o fim-de-semana mantêm-se reservados. Sugeriu a colocação e descrição do horário definido. Deu o exemplo do Tribunal, que está fechado há anos e continua com lugares reservados. Também nas conservatórias e, neste momento, nem há conservadora. No CAEP existem 5 lugares reservados, mas durante a semana não há espetáculos.-----

Afirmou que se vai abster neste ponto, não por não concordância da cedência destes lugares à AREANATEJO, mas pelo exposto anteriormente.-----

**A Senhora Presidente** perguntou se o Senhor Vereador Nuno Lacão pode dar alguma nota do porquê deste local. -----

**O Senhor Vereador Nuno Lacão** cumprimentou a Senhora Presidente, os colegas Vereadores, técnicos do Município e quem os acompanha via redes sociais. -----

Respondeu que sim, é uma questão técnica, o PT que pode alimentar face aos requisitos do posto de carregamento localiza-se por baixo. -----

**A Senhora Vereadora Margarida Curinha** concordou com o proferido pelo Senhor Vereador João Cardoso e acrescentou que a questão dos horários não deve ser apenas colocada em causa só aos fins-de-semana, mas também ao horário de funcionamento da Instituição. Não se justifica que fora do horário de funcionamento da instituição o lugar continue reservado. -----





**A Senhora Presidente** respondeu que a identificação dos horários reside quando, e que se forem como a Senhora Presidente, que não sai a horas, obrigam as pessoas a sair a horas do local. Podia existir um período de tolerância. Já tinha comentado com a Senhora Vereadora Laura Galão que há muitos lugares reservados de forma indevida e concordou com a realização do levantamento.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com o voto de abstenção do Vereador João Cardoso, pelo exposto anteriormente, aprovar a concessão de dois lugares de estacionamento para uso privativo, à AREANATEJO.----

**1004 – Para deliberar** – Presente informação interna DOPGU n.º 18815 de 25/09/2024, a propor a aprovação da proposta do Auto de Medição n.º 01, datado de 25 de setembro de 2024, no valor de 30 540,63 € + IVA, referente à empreitada "Demolição, Contenção e Execução de Nova Cobertura no Edifício da Rua de Elvas, 60 - 62, Portalegre", correspondente aos trabalhos realizados desde a data de comunicação ao empreiteiro da aprovação do PSS (2024/08/27) até ao dia 25 de setembro de 2024. -

**A Senhora Vereadora Margarida Curinha** referiu que a identificação deste ponto tem uma gralha, no valor do auto e também a data do auto.-----

**A Senhora Presidente** confirmou e informou os serviços, após rececionar a Ordem de Trabalhos. Referiu que o Valor é 30 540,63 € + IVA e a data do auto de medição é de 25 de setembro de 2024.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o auto de medição n.º 01, datado de 25 de setembro de 2024, no valor de 30 540,63 € + IVA, referente à empreitada "Demolição, Contenção e Execução de Nova Cobertura no Edifício da Rua de Elvas, 60 - 62, Portalegre".-----

#### **SERVIÇO DE ORDENAMENTO, PLANEAMENTO, GESTÃO URBANÍSTICA E LICENCIAMENTO:**

##### **INICIATIVA MUNICIPAL:**

**1005 – Para conhecimento** – Presente a 10ª alteração ao Plano de Pormenor da Av. do Brasil em Portalegre - publicação no Diário da República, com informação da DOPGU n.º 19173 de 01/10/2024, a propor que o Executivo, na sequência da deliberação tomada na reunião de 03/06/2024, tome conhecimento da publicação da 10ª alteração ao Plano de Pormenor da Av. do Brasil em Portalegre, no Diário da República, 2ª série n.º 189 em 30/09/2024, através do Aviso n.º 21664/2024/2, adquirindo assim plena eficácia. -----



**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento da publicação da 10ª alteração ao Plano de Pormenor da Av. do Brasil em Portalegre, no *Diário da República*, 2ª série nº 189 em 30/09/2024, através do Aviso nº 21664/2024/2, adquirindo assim plena eficácia.-----

**Projeto de Loteamento:**

**1006 – Para deliberar –** Presente processo n.º 32/2024/5 de 24/09/2024, apresentado por Igor Svet, relativo ao pedido de alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2007, no local denominado Cruz da Pedra, na União das freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras, com informação técnica n.º 19218 de 01/10/2024 da DOPGU, a propor que a Câmara aprove a alteração ao alvará de loteamento nº 1/2007, ao nível dos lotes 2, 7, 8, 10 e 11 (aumento na área total de construção e possibilidade de afetar a uso habitacional o piso abaixo da cota de soleira, para além do estacionamento e áreas técnicas), ao abrigo dos pontos 1 e 7 do artigo 27º do RJUE e cumprindo o pressuposto do ponto 3, bem como a emissão da respetiva certidão.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2007, ao nível dos lotes 2, 7, 8, 10 e 11 (aumento na área total de construção e possibilidade de afetar a uso habitacional o piso abaixo da cota de soleira, para além do estacionamento e áreas técnicas), ao abrigo dos pontos 1 e 7 do artigo 27º do RJUE e cumprindo o pressuposto do ponto 3, bem como a emissão da respetiva certidão.-----

**Pedido de Informação Prévia**

**A Viabilizar:**

**1007 – Para deliberar –** Presente informação da DOPGU n.º 19206 de 01/10/2024, referente ao processo (PIP) n.º 2/2023, relativo a construção de edifícios de habitação coletiva, no local denominado Torre do Pessegueiro, união das freguesias de Sé e São Lourenço, apresentado por Mérito Diário, Lda., a propor que a Câmara viabilize o presente pedido de informação prévia, ao abrigo do artigo 16º do RJUE.-----

**O Senhor Vereador João Cardoso** referiu que estão a aprovar um PIP numa zona de proteção de um imóvel classificado. Conseguiu visualizar um parecer da Direção Regional da Cultura, que diz "a não aprovação desta pretensão", e não consegue entender onde é que o proposto se enquadra. Proferiu que acredita que o procedimento tenha vindo a Reunião de Câmara com tudo sanado, mas não o consegue identificar na documentação. Informou que se tratam de edifícios de 3 pisos,



um conjunto de prédios de habitação coletiva, na Azinhaga do Picadeiro, atrás da PSP e da Escola Superior de Educação.-----

**A Senhora Presidente** informou que existe um parecer favorável da CCDR e em seguida passou a palavra ao Senhor Vereador Nuno Lacão. -----

**A Senhora Vereadora Margarida Curinha** analisou que o parecer da CCDR refere que esta instituição " não tem que dar parecer".-----

**A Senhora Presidente** respondeu que a informação refere "deferimento tácito", não emitiram parecer dentro do prazo.-----

**A Senhora Chefe de Divisão, a Engenheira Cláudia Capote** prestou informação técnica.-

**A Senhora Presidente** referiu que já não existe a Direção Regional de Cultura, pois está integrada na CCDR. A decisão da CCDR prevalece, facto mencionado pelo jurista.-----

**O Senhor Vereador João Pedro Meira** referiu que o único parecer técnico que têm é o da antiga Direção Regional de Cultura do Alentejo e, de acordo com documentação anexa, "agora integrada na CCDRA". Referiu que a CCDRA não emite nenhum parecer técnico, limita-se a dizer da segunda vez que é extemporâneo. O prazo foi ultrapassado e feche-se o processo. "O parecer é desfavorável, certo?"-----

**A Senhora Chefe de Divisão, Engenheira Cláudia Capote** facultou informação técnica adicional. -----

**O Senhor Vereador João Pedro Meira** constatou que o parecer de análise técnica rececionado é posterior e é desfavorável. Perguntou qual a segurança que têm enquanto Órgão, que tem de consultar a CCDRA, para aprovar favoravelmente este projeto, quando o parecer da CCDRA é desfavorável. -----

**A Senhora Presidente** comunicou que o parecer da CCDRA referiu "feche-se o processo.-----

**O Senhor Vereador João Pedro Meira** perguntou se o parecer é vinculativo ou meramente consultivo. -----

**A Senhora Chefe de Divisão, Engenheira Cláudia Capote** respondeu que é vinculativo.-

**A Senhora Presidente** respondeu que é fora de prazo.-----

**O Senhor Vereador João Pedro Meira** constatou que vão utilizar, como desculpa para permitir viabilizar um projeto, um parecer desfavorável técnico da CCDRA por ter sido entregue fora de prazo. -----

**A Senhora Presidente** proferiu que têm dois pareceres da CCDRA; um que refere que o processo está fechado e outro setor da CCDRA a elaborar um parecer fora de prazo.--

Informou que notificaram a CCDR três vezes para esclarecimentos e não obtiveram resposta. Referiu que o processo não pode ficar estagnado eternamente.-----



**O Senhor Vereador João Pedro Meira** analisou na documentação anexa e o 2ª parecer da CCDR está incompleto. A decisão da CCDRA assenta em duas vertentes distintas;-- Por um lado, "o facto de" e falta a restante informação, não conseguindo chegar a uma conclusão.-----

**A Senhora Vereadora Margarida Curinha** questionou se a pretensão é demolir completamente o edifício que se localiza na área de proteção do imóvel classificado.-

**O Senhor Vereador Nuno Lacão** explicou que está em causa uma zona de proteção, há o limite e a franja. Compreende a complexidade do processo, quanto às reorganizações administrativas e também relativas à legislação. A Senhora Engª Cláudia já explicou os procedimentos dos processos e pedidos de esclarecimentos, bem como pedidos adicionais à CCDR e toda a informação integra a informação técnica. Admitiu ser desconfortável para o Executivo Municipal estar a analisar situações que não são da sua área, como não é a sua a área o Urbanismo. Informou que foi consultada uma entidade que tinha que dar um parecer vinculativo. A CCDR veio transmitir que não era aquela entidade que tinha de ser consultada, era competência da CCDR e pronunciou-se. Várias foram as tentativas de mais esclarecimentos por parte da CCDR, mas sem sucesso. Ainda assim, a Câmara, com reservas, cautelas e dúvidas, solicitou esclarecimentos jurídicos internos, relativos à tramitação anexa na informação. Relativamente ao pedido de informação prévia, competência deste órgão, aqui está o processo. Esta situação não é normal, se foram pedidos os esclarecimentos a quem de direito, à CCDR, esclarecimentos jurídicos, disponíveis a nível interno. Os técnicos da Divisão analisam todo o processo e aqui está a proposta. Compreendeu as reservas e dúvidas que foram colocadas sobre o processo. Confessou que nunca tinha acompanhado uma situação destas, por outro lado, não se podem esquecer que se trata de um investimento para habitação própria, numa zona que precisa ser valorizada, designadamente entre a Azinhaga do Picadeiro e a Avenida Poeta José Régio.-----

**A Senhora Presidente** referiu que todos perceberam o que se passou. Não é um caso único, a extinção das Direções Regionais provocaram estas situações e ninguém se entende, é surreal. As entidades têm de cumprir prazos e a entidade que tutela a CCDR envia parecer. Os Serviços da Divisão na Câmara entenderam que há condições de vir a reunião. Afirmou que não tem problema em retirar o ponto, mas tem de haver uma definição para o futuro e a Câmara tem de cumprir a Lei, pois não podem prejudicar um promotor. Têm um parecer da CCDR que está ok e está instruído, capaz de ser votado em reunião da Câmara. -----



**O Senhor Vereador João Pedro Meira** respondeu que a CCDR emitiu parecer a 7/2/2024, e surreal é terem esperado 8 meses. Afirmou que o parecer da antiga Direção Regional da Cultura, quando se torna parecer da CCDRA, não se altera, "face ao exposto proponho a não aprovação desta pretensão".-----

Perguntou, depois deste parecer desfavorável, de fevereiro, quais é que foram as alterações que existiram ao projeto inicial, para acomodar as insuficiências e as irregularidades identificadas no parecer técnico da CCDR.-----

**A Senhora Presidente** passou a palavra à Senhora Engenheira Cláudia Capote, chefe da respetiva Divisão.-----

**A Senhora Chefe de Divisão, Engenheira Cláudia Capote** prestou informação técnica adicional.-----

**A Senhora Presidente** retirou o ponto e vai entrar em contacto com a CCDR, a fim de esclarecer quaisquer dúvidas existentes.-----

**O Senhor Vereador João Pedro Meira** acrescentou que a questão da insegurança manifestada pelos Vereadores do Partido Socialista é porque se estão a sustentar, do ponto de vista jurídico, num parecer cuja conclusão é "nós não analisamos nada, não emitimos opinião técnica nenhuma" e o seguinte parecer técnico é desfavorável. Concluiu que os Vereadores do Partido Socialista não têm condições para aprovar um enquadramento destes. É exigido um parecer técnico vinculativo a uma entidade e o único que têm é de "não pretensão à aprovação". A questão fulcral é qual a segurança que isso transmite ao Município, para poder aceitar este projeto de arquitetura.-----

**A Senhora Presidente** respondeu que a CCDR tem de ter uma única voz e tratar o assunto com clareza, aniquilando as dúvidas.-----

**O Senhor Vereador João Cardoso** salientou que estão presentes duas situações: por um lado, ter uma cronologia de todo o processo, porque o processo entrou em julho do ano transato, recebeu-se um parecer da CCDR em outubro do ano passado, altura em que ainda estava em vigor a anterior legislação. Posteriormente, têm um parecer da Cultura em fevereiro deste ano, quando já está em vigor a nova legislação, sendo que a nova legislação do Urbanismo prevê que os processos que estavam a decorrer no âmbito da anterior legislação transitem para a nova, mas este foi apanhado numa confusão, que ele próprio não conseguiu entender. Se houve um parecer da CCDR que globalmente é positivo, em outubro do ano transato, porque é que o PIP não veio a Reunião de Câmara em outubro do ano passado e vem agora, ao fim de um ano.-----  
Entende a importância de investimentos e habitação no centro da cidade. Concluiu que a Direção Regional da Cultura tem sido muito mais "papista que o Papa",



inviabilizando muitas situações que, segundo ele, não deveria. Alertou para cuidados que devem ser tidos em conta, como por exemplo o parecer da Cultura vem dizer que os trabalhos têm de ser acompanhados por um arqueólogo. Este projeto localiza-se ao lado das muralhas da cidade. Fazer um enquadramento jurídico sistematizado, por causa da questão da legislação, a fim de decidirem de forma consciente e que os investidores possam construir de forma ciente, sem o risco de aparecer no local uma inspeção da Direção Regional da Cultura, a embargar todo o investimento.-----

**O Senhor Vereador Nuno Lacão** constatou que a sua primeira intervenção foi clara em termos institucionais do ocorrido. Repetiu as alterações administrativas que ocorreram em relação à Direção Regional da Cultura e CCDR, bem como a alteração na legislação.-----

A intervenção técnica aqui proposta é extremamente elucidativa e, em relação ao espaço temporal de todas as questões tramitadas no processo, está completa.-----

Explicou que o parecer da Cultura está a falar de um limite de área de proteção, que apanha uma parte da propriedade e daí as recomendações que fizeram. Concluiu que a única entidade que pode esclarecer a situação é a CCDR, mas a resposta pode ser que já se pronunciaram. De forma a colmar todas as inseguranças e dúvidas, podem solicitar à CCDR um parecer jurídico de todo o processo e sua tramitação. -----

**A Senhora Presidente** proferiu que o ponto tinha condições de ser aprovado. Compreendeu as dúvidas levantadas, e confirmou que vai entrar em contacto com a CCDR, para clarificar o assunto, de forma a ajudar a decisão Camarária e votarem em conformidade.-----

**O Senhor Vereador Nuno Lacão** solicitou que após a retirada do ponto, o assunto lhe seja enviado para despacho e pedido de apoio jurídico à CCDR. -----

**A Senhora Presidente** proferiu que há situações que têm de ser melhoradas. Relembrou que há pouco estavam a falar do Centro Cultural dos Fortios, que é a recuperação de uma habitação, e vai ter acompanhamento arqueológico.-----

**DELIBERAÇÃO:** Pela Senhora Presidente foi retirado o ponto. -----

#### 1008 – APROVAÇÃO EM MINUTA

De acordo com o disposto nos n.ºs 3 e 4 do Art.º 57.º Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----



**1009 – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

E não havendo mais assuntos a tratar, pela Senhora Presidente foi encerrada a reunião, eram 11. 58 Horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Maria Ruivo, que a secretariei.-----

A Presidente da Câmara

A Secretária